

## Um tempo de encontros e desencontros<sup>1</sup>

Apesar de desejarmos o acerto, a consonância, a proximidade, enfim, o encontro, evidencia-se em muitos parâmetros pessoais e sociais a presença da divergência, da *assintonia*, da incompreensão, do desencontro.

Tomo como foco de atenção para este texto as redes digitais, nelas concentrando o comentário.

Este é um exercício bipolar – e assume-se as características de cada polo (*desencontros* e *encontros*) como integrando uma mesma circunstância - o tempo que é o nosso.

### 1. Desencontros

Creio que nem sempre se tem de falar do lado bom das situações. Aceite-se, pois, um espaço que cuida também da desolação, do medo, da pequenez. Aceite-se que este cuidado procura contribuir para a sua percepção. E que se algum exercício hiperbólico há, ele só visa realçar o ponto de vista – é possível que a ampliação das possibilidades de comunicar em rede esteja a contribuir para uma desagregação do espaço comum, do ponto de encontro, seja pela atomização dos emissores e recetores de mensagens, seja pela excessiva confiança no valor da opinião própria de muitos agentes ou pela ampliação exponencial das possibilidades de manipulação. Estes e outros parâmetros criam uma situação de cacofonia – muitos falam e poucos ouvem. Bem se percebe que não é este o melhor ambiente para a aproximação entre partes ou para a compreensão mútua, sem a qual nenhum encontro é possível – não precisamos de ter posições iguais ou aproximadas para que aconteça o encontro, mas sem uma vontade de compreender o outro ou pelo menos de procurar compreender o outro, tal não pode ter lugar.

Mais vezes concordamos em não concordar que o contrário. Mais vezes se recusa ouvir, se denuncia sem avaliar, se condena sem julgar, se conclui sem ponderar.

E amiúde se coloca a *afetividade negativa* como elemento axiomático do juízo. Aquela que diz “nós não gostamos deles” antes do discurso, da análise, da possibilidade de diálogo.

Coloca-se a presunção do ascendente moral e intelectual, valorativo e político, económico e social, ou simplesmente da confiança na supremacia da posição própria, pessoal ou do clã, sobre a razão, a razoabilidade e o respeito mútuo devidos nas sociedades que reivindicam como seus os ideais da *liberté, égalité, fraternité*, marcadores do contrato social emergente das revoluções americana e francesa. Sociedades que, presumivelmente, reconhecem o povo, a comunidade nacional (*we, the people*), acima de fações, partes ou interesses privados ou setoriais.

---

<sup>1</sup> Texto publicado na revista Via Latina, volume 12 da série VI, Setembro de 2015, edição da Universidade de Coimbra. Efetuei pequenas alterações para efeito desta publicação.

Quanto os novos meios de comunicação e organização de arquiteturas de grupo - as redes sociais digitais - em vez de valorizarem os encontros, promovem o desencontro e agravam aspetos anteriormente referidos? Ou, simplesmente, desvalorizam o sentido de comunidade, correspondendo mais as estruturas de agregação de indivíduos a uma espécie de casulo?

Os antagonismos são uma das frentes mais populares nas redes digitais. Muitas *tribos* que se agrupam à volta dos seus *blogues*, *sites*, endereços de *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Skype*, *Whats App* ou similares, afunilam o conhecimento do mundo pelos únicos olhos que reconhecem, navegando por textos, sons e imagens filtrados por cadeias grupais de validação impressivas e habitualmente com elevados graus de superficialidade.

Nas redes digitais, líderes de opinião ou movimentos inorgânicos promovem a agressividade contra ideias e pessoas que não gostam em processos (nem sempre honestos) que em poucas horas podem agrupar números significativos de aderentes e onde a possibilidade de defesa ou contra-argumentação é quase nula, pois o preconceito não permite aceitar a possibilidade de ouvir. Como consequência, para os alvos destes processos, desde a degradação do nome à erosão da imagem, à criação de hostilidade e suspeita, ao banir social e ao suicídio, de tudo já aconteceu um pouco.

Poderes económicos e políticos identificáveis e outros anónimos (mais ou menos organizados), aproveitam os efeitos de cascata para induzir, criar ou aumentar movimentos de opinião nos sentidos que lhes interessam. Movimentos políticos, religiosos e económicos alternativos e muitas vezes ilegais usam os mesmos processos para difundir ideias, recrutar adeptos, obter vantagens políticas e financeiras, promover a guerra ou a erosão pessoal e social.

Se sabemos que o número de pessoas em torno de dada ideia ou o falar mais alto que outros não valida a tolice, o erro, a infâmia ou o mal, devemos viver com eles, num paradoxo das sociedades democráticas – mas que precisa de ser temperado pelos limites éticos e legais da proteção da intimidade, do direito ao nome e do direito a sermos protegidos nas nossas crenças e valores contra o terrorismo, o assédio, a intriga e a mentira – tudo dispositivos que existem desde sempre mas que agora se acham ampliados em escala.

Um desafio político maior que se oferece às sociedades contemporâneas é a criação de modelos de organização e salvaguarda de comunidade reconhecidos como legítimos em ambiente digital. Modelos que valorizem o encontro ou a sua possibilidade. Modelos que equilibrem liberdade com responsabilidade, direitos com deveres – a extrapolação de regras (nem sempre num ato de mera transposição) do convívio social para ambientes digitais. E para o efeito torna-se necessária a conferência dos adequados preceitos morais, éticos e legais ou de simples usos de urbanidade para o reconhecimento de canais e parâmetros de encontro.

Se é verdade que as redes em circuito fechado – como o Facebook, por exemplo, têm normas, também é verdade que as mesmas são, essencialmente, cláusulas gerais que favorecem os proprietários. No caso desta rede social tendo como valor superior o interesse comercial do proprietário – enquanto poder executivo, legislativo e judicial

do domínio. Facilmente se pode estabelecer analogia desta afirmação com outras redes sociais, percebendo-se que correspondem, ironicamente, a um retorno à justiça privada, vigente em regimes não democráticos ao longo da História (a existência de normas internacionais e nacionais que enquadram estas redes sociais não limitam significativamente o sentido do que quis expressar). Se, primariamente, estas redes propiciam o encontro, secundariamente, promovem os interesses paralelos que a manipulação digital de dados permite, tornando o encontro uma mera variável (muitas vezes instrumental) de um jogo sócio-económico.

Todavia, mesmo conscientes destes paradoxos, alguns deixam-se diminuir pela opinião maioritária gerada nestes ambientes, pela intimidação ou pelo mais torpe dos mecanismos de silenciamento nas democracias, nas redes e fora delas – a ausência de reconhecimento (ou o que José Gil chama não inscrição).

Não podemos encontrar quem não se vê, quem não se reconhece. Na sociedade portuguesa, a prática do não reconhecimento é promovida a exercício quotidiano.

Somos um país há muitos anos com um grau elevado de distância entre ricos e pobres. E não se trata de uma distância exclusivamente económica. É uma distância de modos de vida, onde os laços de coesão social são ténues, as pontes de compreensão frágeis e a ausência de reconhecimento dos outros elemento dominante. Bem se pode perceber que o encontro só é possível com quem se reconhece.

O desencontro. Reina no espaço e do tempo. Vivemos um tempo e um espaço povoados pelo desencontro. Estamos cheios de mais de nós próprios e das nossas certezas. Estamos preenchidos por imagens e discursos, provocações e desafios. Saturados de nós próprios, como encontrar os outros?

O espaço da incerteza domina o inconsciente ou o não dito, pois apesar de todas as almofadas onde encostamos o nosso sono, ele é perturbado por inquietantes fantasmas.

Os modelos seguros parecem ter sido derrotados – Deus, Pátria, Família. Mas também Estado, Legitimidade, Hierarquia.

Cada valor é recriado à medida de interesses pessoais ou de grupo – a noção de bem comum é muito difícil de ser aceite por si ou como valor superior a interesses egoístas. Cada um de nós tem a sua imagem ou a sua renúncia de Deus, de Pátria, de Família, de Estado, de Legitimidade, de Hierarquia. Tornámo-nos todos intérpretes e críticos, tornámo-nos todos autores.

Ao mesmo tempo que subsistem sistemas de validação e não validação tradicionais, estão disseminadas as práticas de erosão dos poderes dominantes. Colam-se uns e outros com a saliva instável dos processos de comunicação e da acidental reunião à volta de dado acontecimento ou ideia.

E, com diferença de horas, dias, meses, a cola desfaz-se, a língua comum seca e um novo incidente provoca adesões ou repulsas. Num perpétuo movimento (ou assim parece).

Como se vivêssemos dentro de um animal, dentro dos pulmões de um animal, somos os próprios pulmões do animal, inspirando e expirando a um ritmo desigual, num ambiente tóxico.

O desencontro encontra-nos. O desencontro habita-nos. Nós próprios somos essa casa.

O grande risco deste tipo de atitude é o risco totalitário. Ao renunciar ao espaço do diálogo, do encontro, da escuta, ao não reconhecer a importância desse espaço como essencial para a organização de uma comunidade, independentemente da sua dimensão ou natureza, estamos a espalhar as sementes da opressão do homem pelo homem. Neste jogo, ganha a violência. Neste jogo, ganha sempre quem usar a maior violência, seja física, seja uma mais insidiosa, por dificilmente combatível – a violência do poder exercido sem nome.

Hoje, o risco totalitário, que sempre está presente na história dos homens, tem novos contornos. Emerge de diferentes fontes. Mas essas fontes convergem para a situação da desagregação comunitária, de desencontro.

Todas as desagregações, nomeadamente, nas sociedades democráticas, fortalecem os movimentos totalitários.

Quando os desencontros, os mecanismos de não reconhecimento, os mecanismos de validação em espelho e sem cuidado com o Outro se tornam dominantes, os riscos de cada indivíduo, de cada cidadão, de cada coletivo, de cada comunidade se desagregarem ou serem instrumentalizados por dinâmicas totalitárias, aumentam.

Hoje, esse risco é manifesto.

O que faremos dos nossos desencontros?

## **2. Encontros**

O tempo que é o nosso é um tempo propício ao encontro. Nunca a possibilidade de passar mensagens novas, de aderir a ideias e movimentos, de chegar a um número ilimitado quase de destinatários foi tão grande.

Democratizou-se o acesso ao espaço público (por vezes com uma indiferenciação difícil do público e do privado). Não podemos, claro, esquecer que nem em todos os lugares do mundo a circulação digital de ideias é livre. E não podemos esquecer que os riscos da livre circulação digital criou dois extremos – o escrutínio indiscriminado da intimidade por estruturas securitárias e comerciais nos regimes democráticos e a barragem à circulação de informação nos regimes não democráticos. Nestas práticas, dificilmente poderá alguém considerar-se moralmente superior.

Também não podemos esquecer que parte importante da população mundial está fora deste acesso - como de muitos outros - lutando por comida, casa e paz.

Todavia, com estas limitações, não deixa de ser verdade que o acesso a informação e conhecimento, a textos e imagens, a sons e imagens em movimento, a documentos políticos ou educativos, culturais ou lúdicos, científicos ou religiosos, ou a tudo isso e a outras coisas, transformou em poucos anos de forma estrutural a sociedade. Não há retorno possível – as redes digitais e os seus dispositivos fazem parte de nós, somos nós.

O síndrome de solidão está presente em quem não está *conectado*. O tempo e o espaço vivem-se em planos diferentes dos vividos antes desta realidade. As tarefas múltiplas, a velocidade, as articulações em rede, o recurso a ferramentas que organizam novas formas de pensar, de cooperar e mesmo de sentir torna a sociedade digital um lugar de encontros. Encontros permanentes ou regulares, fortuitos ou acidentais, face a face ou anónimos. O próprio sentido do encontro se alterou, novas formas de encontro e relação se constituíram.

O que fazemos deste imenso poder de nos encontrarmos? Como organizamos um admirável mundo novo libertado dos jugos vários e desenhado em torno da ideia de encontro?

O dispositivo ampliou as oportunidades. Mas o homem atrás do dispositivo, o homem ao lado do dispositivo, o homem com o dispositivo, como se coloca esse homem?

É verdade que os novos sistemas de rede não são meras utilidades – são a transformação do mundo que conhecíamos. Mas a natureza humana, que demorou centenas de milhares de anos a estruturar-se, como corresponde a estas décadas de mudança? Estas décadas que excluem tantos e tantas em tanta parte deste fenómeno de *empoderamento*?

O encontro está à nossa volta, nos milhares de ecrãs e seus *hardwares* e *softwares*, nos seus semicondutores e algoritmos, nos seus sons e imagens. Mas o encontro exige uma aproximação para lá dos circuitos integrados – exige humanidade organizada face a si própria.

Esse é o encontro que, em todos os níveis do eu e da comunidade urge aprofundar e fazer perdurar como elemento axial das nossas vidas.